

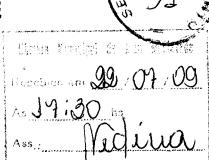
## **JOÃO MONLEVADE**

1

Administração 2009/2012

PREFEITURA MUNICIPAL

LEI 1.812 /2009 DE 21 DE JULHO DE 2009



PRORROGA OS PRAZOS DA LICENÇAMATERNIDADE PARA 180 (CENTO E
OITENTA) DIAS E DA LICENÇAPATERNIDADE PARA 10 (DEZ) DIAS DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE
JOÃO MONLEVADE.

- O POVO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE, por seus representantes na Câmara aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
- **Art.** 1º Será concedida licença à servidora gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
- **Art. 2º** Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a servidora municipal terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.
- **Art. 3º** Durante a prorrogação da licença-maternidade de que trata esta Lei, a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

**Parágrafo único.** Em caso de descumprimento do disposto no *caput* deste artigo, a servidora pública perderá o direito à prorrogação da licença bem como da respectiva remuneração.

- **Art. 4º** À servidora pública municipal que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade nos termos do art. 1º.
- § 1º No caso de adoção ou guarda judicial de criança até 01 (um) ano de idade, o período de licença será de 180 (cento e oitenta) dias.
- § 2º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 01 (um) ano até 04 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 90 (noventa) dias.
- § 3º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 04 (quatro) anos até 08 (oito) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias.
- § 4º A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.







## **JOÃO MONLEVADE**

Administração 2009/2012

## PREFEITURA MUNICIPAL

fânce Buddid ûs his Kulurik Reuppido em <u>99/07/09</u>

17:30 m

Art. 5º Será concedida licença-paternidade ao servidor, em decorrência nascimento ou adoção de filho, por 10 (dez) dias consecutivos, ser prejuízo remuneração, a teor do art. 7º, XIX, da Constituição Federal.

**Art. 6º** Aplicam-se, no que couber, as demais disposições da Consolidação das do Trabalho – CLT.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

João Monlevade, em 21 de julho de 2009.

Gustavo Henrique Prandini de Assis
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, nessa Assessoria de Governo, aos vinte e um dias do mês de julho de 2009.

Emerson Jose Duarte Teixeira Assessor de Governo